|  |
| --- |
|  **CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE** |
|  Pedido de regularização ou de alteração ou de ampliação de estabelecimentos |
| Nos termos do artigo 1.º, 5.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro |

**REGISTO DE ENTRADA** (a preencher pelos serviços)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Registo n.º |  | Processo n.º |  | Data |  / / |
| O Funcionário: Nome: |  | Categoria: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Assinatura: |  |  |

**Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande**

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome/Designação |  | com o |
| Número de Identificação Pessoa Coletiva  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | com morada /sede social em |
|  | Freguesia de  |  | Concelho de  |
|  | Código Postal  |  |  |  |  | \_ |  |  |  | Telefone  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Telemóvel |  |  |  |  |  |  |  |  |  | Fax |  |  |  |  |  |  |  |  | e-mail | @ |

**Identificação do representante legal**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome |  | com o Número de Identificação |
| Fiscal |  |  |  |  |  |  |  |  |  | portador do [ ]  Bilhete de Identidade/ [ ]  Cartão de Cidadão/ [ ]  Passaporte nº |
|  | data de emissão/validade de / / | com Morada Fiscal em |
|  | Freguesia de |  |
| Concelho de |  | Código Postal |  |  |  |  | \_ |  |  |  | Telefone |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Telemóvel |  |  |  |  |  |  |  |  |  | Fax |  |  |  |  |  |  |  |  | e-mail | @ |

 Na qualidade de:

 [ ]  Proprietário [ ]  Arrendatário [ ]  Usufrutuário [ ]  Locatário [ ]  Superficiário [ ]  Mandatário [ ]  Outra (indique qual) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do estabelecimento ou exploração situado em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n.º/lote \_\_\_\_\_\_, localidade\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Freguesia\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PRETENSÃO**

Vem requerer a V. Exª, nos termos do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, **a:**

[ ]  **regularização** do estabelecimento nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 5.º do DL 165/2014, de 5 de novembro, cujo pedido se apresenta em formato papel

[ ]  **alteração ou ampliação** do estabelecimento ou instalação nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 17.º do DL 165/2014, de 5 de novembro, cujo pedido se apresenta em formato papel

1. **Pretensão**

**[ ]  Regularização** do estabelecimento e exploração (ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 1.º e do artigo 5.º do DL 165/2014) existente que:

[ ] Não dispõe de título válido de instalação ou de exploração ou de exercício de atividade e cuja localização do estabelecimento e/ou exploração encontra-se em desconformidade com:

[ ]  Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[ ] - Servidão administrativa Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[ ] - Restrição de utilidade pública Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Implica a realização de obras de alteração ou ampliação do estabelecimento (conforme disposto no n.º 2 do artigo 1.º do DL 165/2014):

[ ]  NÃO

[ ]  SIM

Caso tenha respondido SIM, refira quais os requisitos legais aplicáveis que necessita cumprir:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[ ]  **Alteração ou ampliação** dos estabelecimento ou instalações (ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 1.º e do artigo 17.º do DL 165/2014) existente que:

Dispõe de título válido de instalação/ de exploração ou de exercício de atividade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e cuja alteração ou ampliação das instalações apresenta situação de desconformidade com:

[ ]  Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[ ] - Servidão administrativa Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[ ] - Restrição de utilidade pública Qual ?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

As obras de alteração ou ampliação do estabelecimento (artigo 17.º do DL 165/2014):

[ ]  Já se encontram executas

[ ]  Irão ser realizadas

**2. Atividade da empresa**:

CAE PRINCIPAL \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O estabelecimento ou exploração desenvolveu atividade por um período mínimo de dois anos, encontrando-se atualmente na seguinte situação:

[ ] - Em atividade;

[ ] - Com suspensão de atividade há menos de um ano.

Se escolheu esta opção, especifique o prazo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

[ ] - Com suspensão de atividade, autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de 3 anos. Se escolheu esta opção, especifique o prazo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DATA E ASSINATURA**

Pede deferimento,

Assinatura \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

(conforme documento de identificação)

Exibido BI/CC [ ] Sim [ ] Não Conferi os documentos entregues [ ]  O funcionário\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Listagem dos documentos instrutórios:

|  |  |
| --- | --- |
| 1.- Identificação |  |
| 1.1.- Identificação do Industrial, com: |  |
| Indicação do nome ou denominação social | [ ]  |
| Endereço ou Sede social | [ ]  |
| NIF ou NIPC | [ ]  |
| Endereço postal (se diferente da sede) | [ ]  |
| Endereço eletrónico | [ ]  |
| Contacto telefónico | [ ]  |
| Código de acesso à certidão permanente de registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial | [ ]  |
| Consentimento de consulta da declaração de início de atividade, caso se trate de pessoa singular | [ ]  |
| 1.2.- Identificação do representante do Industrial, com: |  |
| Indicação do nome | [ ]  |
| Endereço postal | [ ]  |
| Endereço eletrónico | [ ]  |
| Contacto telefónico | [ ]  |
| 2.- Localização do estabelecimento industrial, com indicação de: |  |
| Coordenadas do estabelecimento M e P (M=Meridiana, P=Perpendicular à Meridiana) no sistema de referência PT-TM06/ETRS89 | [ ]  |
| Uso previsto em plano territorial de âmbito municipal | [ ]  |
| Elementos adequados para identificar a tipologia do estabelecimento admitido na respetiva área de localização, designadamente ZER, Parque Industrial, anexos mineiros, pedreiras e outras genericamente previstas para usos industriais | [ ]  |
| 3.- Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal | [ ]  |
| 4.- Caraterização da(s) atividade(s) |  |
| 4.1.- Indicação da data da instalação do estabelecimento e do início da sua exploração | [ ]  |
| 4.2.- Referência a eventuais tentativas anteriores de regularização e factos que obstaram à sua concretização | [ ]  |
| 4.3.- Para a situação do pedido de regularização ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do DL 165/2014 identificar quais os requisitos legais aplicáveis cujo cumprimento exija a realização de alteração ou ampliação | [ ]  |
| 4.4.- Para a situação do pedido de alteração ou ampliação ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do DL 165/2014, referir se as obras de alteração ou ampliação já se encontram ou não realizadas | [ ]  |
| 4.5.- Códigos CAE da(s) atividade(s) exercidas no estabelecimento | [ ]  |
| 4.6.- Informação relevante para a caraterização da atividade desenvolvida, designadamente: |  |
| Indicação da capacidade de produção, com informação expressa do número de horas para a sua efetivação e de eventuais períodos de paragens anuais | [ ]  |
| Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a efetuar | [ ]  |
| Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação) | [ ]  |
| Indicação do número de trabalhadores | [ ]  |
| Descrição das instalações de caráter social | [ ]  |
| Indicação da origem da água utilizada/consumida, respetivos caudais, sistemas de tratamento associados | [ ]  |
| Identificação das fontes de emissão de efluentes gasosos, líquidos e geradoras de resíduos | [ ]  |
| Indicação do tipo de resíduos originados e características dos locais de armazenagem | [ ]  |
| Indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibrações e indicação das distâncias de edifícios de habitação, hospitais e escolas existentes mais próximos | [ ]  |
| Indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respetivo consumo (horário, mensal ou anual) | [ ]  |
| Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respetiva produção (horária, mensal ou anual) | [ ]  |
| Memória descritiva com a identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, número de lugares de estacionamento por tipologias e acessos ao estabelecimento ou às explorações | [ ]  |
| 5.- Informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, designadamente: |  |
| 5.1.- O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica desenvolvida no estabelecimento, de acordo com o previsto no Decreto -Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 | [ ]  |
| 5.2.- A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos | [ ]  |
| 5.3.- O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local | [ ]  |
| 5.4.- A caracterização da procura do mercado em que se insere | [ ]  |
| 5.5.- Os impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante | [ ]  |
| 5.6.- As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social | [ ]  |
| 5.7.- Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão | [ ]  |
| 5.8.- A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade | [ ]  |
| 5.9.- Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo | [ ]  |
| 5.10.- A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes | [ ]  |
| 5.11.- A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar | [ ]  |
| 5.12.- Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico | [ ]  |
| 5.13.- Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações | [ ]  |
| 5.14.- Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança de pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização dos riscos para a mesma | [ ]  |
|  |  |
| 6.- Identificação, se existirem, de eventuais processos contraordenacionais ou de tutela de legalidade administrativa a suspender (identificar qual a entidade que os aplicou) | [ ]  |
| Caso se verifique, após registo na Câmara Municipal do presente processo, algum processo contraordenacional ou de tutela de legalidade administrativa, o requerente deve comunicá-lo, no prazo de 15 dias após a data da respetiva notificação, à presente entidade coordenadora. |  |
|  |  |
| 7.- Peças gráficas: |  |
| 7.1.- Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, se aplicável | [ ]  |
| 7.2.- Planta cadastral  | [ ]  |
| 7.3.- Planta de localização e enquadramento à escala de 1:25 000, com indicação dos limites do terreno afeto ao estabelecimento | [ ]  |
| 7.4.- Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território, se aplicáveis | [ ]  |
| 7.5.- Planta de implantação à escala não inferior a 1:2000 com indicação de: |  |
| Limites e modelação de terreno | [ ]  |
| Implantação de edifícios, diferenciando, se existir, a área a ampliar | [ ]  |
| Afastamentos dos edifícios aos limites das parcelas e construções envolventes | [ ]  |
| Áreas impermeabilizadas | [ ]  |
| Áreas destinadas a estacionamento e respetivos acessos | [ ]  |
| 8- Declaração de autenticidade das declarações prestadas | [ ]  |
| 9.- Anexos: |  |
| 9.1.- Título de utilização dos recursos hídricos ou comprovativo do pedido, quando exigível nos termos da legislação aplicável, exceto no caso de instalação em ZER que dele já disponha | [ ]  |
| 9.2.- Formulário de registo nacional para as emissões de compostos orgânicos voláteis, quando exigível nos termos da legislação aplicável | [ ]  |
| 9.3.- Outros elementos que o requerente entenda necessários. | [ ]  |